

OS AVANÇOS E PERMANÊNCIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC: UMA ABORDAGEM IDEOLÓGICA

Silvana Maria Nunes*
Rôse Maria Makowski**

Resumo

Este trabalho teve como objetivo principal definir os componentes histórico-sociais presentes nas ações de aprendizagem realizadas na instituição de ensino especial, a APAE de Joaçaba, e se estes propiciaram avanço ou permanência no ideário educacional regional. Para construir esta pesquisa foi adotada a metodologia de coleta de dados por meio da realização de entrevistas com os protagonistas da instituição de ensino. Na análise, identificaram-se as dificuldades enfrentadas no processo histórico de ensino e aprendizagem no decorrer de três décadas, detectando os avanços e permanências que esta vivenciou. Com esta pesquisa pôde-se concluir que é possível perceber que o processo educacional passou por vários períodos, contudo, com poucas evidências de evolução no que diz respeito ao critério de seleção, que de certa forma regrediu em razão da falta de concursos públicos no Estado de Santa Catarina, para a seleção de profissionais; e, também, há pouco incentivo e abertura por parte de muitos setores à inserção das pessoas com necessidades especiais na convivência social. Quando a sociedade reconhecer sua falta de humanidade, os órgãos públicos irão oferecer um suporte à educação, que é a base para a mudança ideológica, com qualidades a todos respeitando as diversidades. Dentro dessa expectativa se enfatizou a importância de entender o processo histórico que a instituição de ensino especial APAE passou, viabilizando uma reflexão que possibilite aos órgãos públicos um reconhecimento do problema e na possível resolução respeitando as diversidades no âmbito educacional.

Palavras-chaves: Processos educacionais. Educação especial. APAE.

1 INTRODUÇÃO

A educação de pessoas com necessidades especiais sempre foi uma assunto polêmico frente às políticas públicas que se baseavam na concepção ideológica, vigente a cada período, que desde o início da humanidade ignoravam e rejeitavam uma mudança que inovasse a compreensão de todos em relação ao tema.

Esse desleixo sucedeu até meados do século XX, quando Maria Montessori demonstra à sociedade a possibilidade de aquisição e desenvolvimento de aprendizagem por pessoas julgadas incapazes. A partir dessa preocupação, Maria Montessori desenvolve uma teoria que aponta formas de abordagem, técnicas, métodos didáticos, viabilizando o início de uma compressão e preocupação política e social com os portadores de necessidades especiais. Com isso, surgem

* Graduada em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina;

** Professora e Assessora Pedagógica da Universidade do Oeste de Santa Catarina; rose.makowski@unoesc.edu.br

no mundo, e posteriormente, no Brasil, as instituições de ensino especial, conhecidas como Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que prestavam um serviço assistencial à sociedade.

Assim, este trabalho tem como objetivo principal identificar avanços e permanências da educação especial no município de Joaçaba, SC, mais precisamente na Escola Especial Frei Bruno, APAE, sob a ótica dos professores que vivenciaram mudanças e inovações no processo educacional no decorrer de três décadas.

2 A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA E HISTÓRICA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

2.1 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO: OS CAMINHOS BRASILEIROS

O contexto histórico do brasileiro em relação às pessoas com deficiência não era diferente do restante do mundo, dos critérios desempenhados pelas potências mundiais. A educação e a idealização feitas para os ditos “normais” seguiam os conceitos europeus e norte-americanos, muitas vezes discriminatórios. Carvalho (2009, p. 37) destaca que:

[...] o modelo social de conceitualização da deficiência e da incapacidade induz a reestruturação da sociedade, evitando-se, definitivamente que as relações entre características das pessoas e as condições e exigências da organização social na qual se inserem, façam com que experimentem a condição de deficiência, gerando-lhes sentimentos de baixa autoestima.

As relações sociais são fatores determinantes para a vida das pessoas com necessidades especiais, pois estabelecem um sentimento igualitário nas diferenças físicas ou intelectuais. Conforme ressalta Moll (1996, p. 78), “[...] o individual é formado pela interiorização de atividades que têm lugar no meio social e pela interação [...]”

Com isso, a sociedade propõe a inclusão social como método necessário para uma futura convivência baseada em princípios em que as diferenças são aceitas valorizando a diversidade humana, propondo a autonomia e independência, gerando suporte básico para o desenvolvimento da cidadania, oportunizando à educação, à socialização e ao trabalho.

Sassaki (2002, p. 41) conceitua a inclusão como:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar equiparação de oportunidades para todos.

Para Mantoan (2008, p. 61), entende-se por ensino inclusivo de “[...] qualidade quando as ações educativas se pautem por solidariedade, colaboração, compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direto ou indiretamente nele envolvidos.” É necessária a revisão de práticas pedagógicas que envolvam a turma toda sem classificação de notas, qualificando o processo de inclusão.

Com a influência da Constituição Federal, em 1989 é criada a Lei n. 7.853/89 que viabiliza o acesso da pessoa com necessidades especiais em âmbito escolar regular, conforme ressalta a Lei em seu segundo Art. 1º na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino.

Percebe-se que esta Lei assegurava, com apoio da Constituição, o acesso do aluno com necessidades especiais no ensino regular; no entanto, as escolas especiais e as regulares diziam não estar preparadas física e profissionalmente para a demanda. A luta pelos direitos das pessoas com necessidade especial sempre esteve em auge na política educacional brasileira; porém, sem muito êxito na distinção da igualdade. Em 1993, o Governo Federal decreta a Lei n. 914, instituindo a Política Nacional para a Integração das pessoas portadoras de deficiência, com o intuito de reconhecer a real importância de uma sociedade inclusiva e com preocupações com estas pessoas que viviam com medo de viver em sociedade.

Conforme destacado no Art. 5º, são diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- I – estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência;
- II – adotar estratégias de articulação com órgãos públicos e entidades privadas, bem como com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta política;
- III – incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas, as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, à edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer;
- IV – viabilizar a participação das pessoas portadoras de deficiência em todas as fases de implementação desta política, por intermédio de suas entidades representativas;
- V – ampliar as alternativas de absorção econômica das pessoas portadoras de deficiência;
- VI – garantir o efetivo atendimento à pessoa portadora de deficiência, sem o indesejável cunho de assistência protecionista;
- VII – promover medidas visando à criação de emprego, que privilegiem atividades econômicas de absorção de mão-de-obra de pessoas portadoras de deficiência;
- VIII – proporcionar ao portador de deficiência qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho.

A LDB n. 9.394/96, por meio da obrigatoriedade da matrícula de crianças em idade escolar, independentes de suas peculiaridades, garantindo o atendimento especializado, atribuindo a quebra de barreiras ideológicas de preconceitos e discriminação procedentes ao processo cultural sofrido pela sociedade no decorrer dos tempos, proporciona o início da inclusão e de relações interpessoais.

Contudo, em 1999, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), órgão responsável em criar e desenvolver uma política que facilite a integração da pessoa com necessidades especiais na sociedade. Este órgão atribuiu responsabilidades às pessoas com necessidades especiais a participarem do processo de políticas destinadas a elas, interagindo diretamente com outros órgãos, iniciando um processo de inclusão.

Com a ressalva de promover a inclusão, o Governo Federal decreta, em 2004, a Lei da Acessibilidade, facilitando o acesso do portador de deficiência física, motora ou mental temporária ou permanente a qualquer lugar dentro da comunidade que ele se insere. Esta Lei facilita a locomoção, incentivando a participar ativamente dos acontecimentos da sua sociedade, respeitando as peculiaridades individuais.

2.2 CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA INCLUSÃO: CAMINHOS DE SANTA CATARINA

Quando se fala em educação inclusiva, depara-se com o histórico de Santa Catarina, pioneiro na inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular, criando uma instituição de ensino especializada em 1909, conforme descreve Mazzota (2003, p. 3):

Dentre os cinquenta e quatro estabelecimentos de ensino regular e as onze instituições especializadas destacam-se em Santa Catarina, no município de Joinville, o Colégio dos Santos Anjos, de ensino regular particular fundada em 1909, com atendimentos a deficientes mentais.

A história das crianças com necessidades especiais no Estado decorre da mesma forma que acontecia em âmbito nacional. Em 1954 foi criada uma instituição de ensino que realizava atendimentos médicos, psicológicos, fisioterápicos necessários, suprindo, assim, as necessidades dos indivíduos, sendo esta instituição denominada de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, (APAE) centro que oferece a reabilitação e o ensino básico especializado.

A inclusão no ensino regular é decorrente desde 1987, em que as realizações de matrículas de crianças em idade escolar passaram a ser obrigatórias, sem distinção de classes, deficiências, entre outras.

Por isso, a Constituição Estadual, promulgada em 1989, estabelece que a educação deve ser oferecida da seguinte forma, no que se refere à educação especial:

Art. 163 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
V – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial, bem como aos que revelarem vocação excepcional em qualquer ramo do conhecimento, na rede estadual;
VI – condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;
VII – atendimento ao educando através de programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, material didático e transporte;
VIII – recenseamento periódico dos educandos, em conjunto com os Municípios, promovendo sua chamada e zelando pela freqüência à escola, na forma da lei;
IX – membros do magistério em número suficiente para atender à demanda escolar;
X – implantação progressiva da jornada integral, nos termos da lei.

Assim, o Estado criou a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), para subsidiar a Secretaria de Educação que tinha como meta desenvolver e articular a educação especial com a educação regular, estabelecendo a integração de toda a educação oferecida no Estado.

No entanto, mesmo com as diretrizes a favor da educação especial, a proposta curricular do Estado, desenvolvida em 1991, não contemplou a educação especial, comprometendo-se apenas com a secretaria de educação que extinguiu órgãos envolvidos com a educação especial e também não atingiu a meta de capacitação profissional para atender a essa área; nesse momento a FCEE implanta programas para reestruturar o Centro de Pesquisa e Recursos Tecnológicos para organizar o ensino.

Os parâmetros e diretrizes nacionais sancionam, por meio do MEC, em 2004, o Programa Educação Inclusiva que respeita as diversidades reforçando o acesso gratuito a todos os cidadãos aos direitos previstos na legislação nacional. A partir dessa regulamentação nacional, Santa Catarina desenvolve, em 2006, a Política de Educação Especial do Estado, oficializando a tendência de respeito à cidadania e à dignidade, garantindo que todos desenvolvam suas potencialidades, respeitando as peculiaridades individuais.

No contexto histórico de Santa Catarina, é relevante observar que o Estado sempre atribuiu significância à educação especial, estabelecendo normativas e diretrizes que priorizavam a educação oferecida com qualidade. Na educação inclusiva, o Estado foi pioneiro, demonstrando que a sociedade pode, mediante a educação, exercer uma cidadania sem discriminação e preconceito, respeitando as particularidades.

3 OS AVANÇOS E PERMANÊNCIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM JOAÇABA SC

3.1 METODOLOGIA

A investigação foi desenvolvida por meio de duas abordagens, a quantitativa e a qualitativa, revestindo-se de caráter participativo. Cabe mencionar que na pesquisa participante, qualitativa, a ação (ou intervenção) é a fonte de conhecimento para o pesquisador e para os envolvidos. Busca-se a unidade dialética entre teoria e prática para intervir em situações reais com o objetivo de transformar a realidade vivida em pesquisa.

No que se refere à avaliação quantitativa, avalia-se como ocorre a formação dos docentes, a prática pedagógica, entre outros, e, a análise documental, observando-se o Projeto Político Pedagógico e os planos de aula.

Vale ressaltar que a presente pesquisa foi realizada na escola Especial Frei Bruno, APAE de Joaçaba, SC. Os sujeitos que fizeram parte da pesquisa são professores que trabalham na escola especial e atendem a alunos com necessidades especiais.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário aplicado composto de oito perguntas e entrevista oral com cinco perguntas, sendo destinado aos professores e coordenação pedagógica, com 11 participantes, sendo estes com experiência de menos de um a 30 anos de trabalho, atendendo, portanto, às três décadas estudadas.

Inicialmente, foi entregue o questionário pessoalmente aos 11 professores pesquisados, com prazo para devolução de 15 dias. Após, a pesquisa ocorreu em forma de entrevista individual com os professores. As participantes desta pesquisa foram identificadas pelas letras (A), (B), (C), (D), (E), (F), (G), (H), (I), (J) e (K) e a análise dos dados foi apresentada de forma descritiva na sua íntegra e em ordem sequencial.

A análise de dados foi realizada com base nas respostas dos entrevistados, do questionário e na análise documental que trata da educação especial e seu processo de inclusão.

3.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA APAE

A preocupação com as pessoas com deficiência mental ou física inicia no município de Joaçaba, a partir de 1970, por intermédio de uma Associação de Professores e Pais que decidem criar uma escola de crianças com necessidades especiais; esse atendimento iniciou com uma sala cedida pelo Grupo Escola Roberto Trompowsky, porém com o aumento da demanda de crianças com necessidades educacionais especiais, a sala ficou imprópria para o atendimento. Com isso, em 1977, mediante campanhas e doativos, é construída a sede própria, denominada Escola Especial Frei Bruno.

Após estudos, procede-se a pesquisa que tem objetivo de realizar uma análise comparativa sobre educação da APAE de Joaçaba, abordando os conceitos da inclusão em paralelo aos avanços e permanências no ideário educacional da educação especial.

3.2.1 Formação e tempo de trabalho dos entrevistados

Os entrevistados foram questionados sobre seu tempo de atuação; uma tem de 20 a 30 anos de experiência, duas de 10 a 20 anos, quatro de 1 a 10 anos e cinco com menos de um ano. Pode-se observar uma preocupação nesse dado: há uma quantidade relevante de professores com menos de um ano de experiência.

Dos professores entrevistados, no que se refere à formação, uma possui o magistério, duas estão cursando Pedagogia, uma é graduada em outra área do conhecimento, duas são formadas em Pedagogia e cinco são especialistas, todas formadas em Pedagogia; apenas duas professoras possuem formação específica em Educação Especial.

3.2.2 Exigência de contratação na educação especial

Um dos questionamentos feitos relaciona-se às exigências de contratação que eram necessárias para trabalhar na educação especial nos diferentes períodos. Nessa questão, as entrevistadas A, C e D, que possuem mais de 15 anos de atuação na educação especial, declararam que passaram por uma entrevista psicológica para ver se eram aptas ou não para trabalhar na educação especial. As perguntas realizadas diziam respeito à personalidade, ao entendimento que o indivíduo possuía sobre a educação e a escola especial, além dos conhecimentos básicos

para a prática docente. As entrevistadas B e G alegaram ter realizado o concurso (efetivação) do Estado, e, com isso, não houve nenhuma exigência além de estar cursando Pedagogia. As entrevistadas E, F, H, I e J declararam que a única exigência de contratação era o currículo deixado na Gered, na qual foi optado por trabalhar na educação especial; no entanto, a formação necessária para essa forma de contratação é apenas estar cursando Pedagogia, nessa situação é importante ressaltar a declaração da entrevistada I, que relatou que: “deixei o currículo com interesse na educação especial e eles me chamaram.” Não interesse por parte dos professores pra trabalhar em educação especial, por isso eles chamam os interessados.” (informação verbal)¹.

Apenas a entrevistada K alega que teve que passar pelo Teste Seletivo do Estado de 2010 para trabalhar no ano letivo de 2011 na escola especial.

3.2.3 Cursos de capacitação

Foi perguntado aos professores com mais tempo de trabalho se no período de sua contratação eram oferecidos cursos que os capacitassem com a aprendizagem das pessoas com necessidades especiais.

A entrevistada A, com 29 anos de atuação na APAE, declarou que: “No início havia muitos cursos, a FCEE oferecia muitos cursos e estágios na área de atuação. Atualmente, comparando com aquela época, não há muitos cursos oferecidos, fazemos apenas os cursos oferecidos internamente pela escola.” (informação verbal)².

A entrevistada B, com 9 anos de atuação, declararam que:

“Não havia cursos em seu período de contratação, apenas dois anos após minha contratação que foi oferecido cursos para aprender a trabalhar. No início foi difícil porque eu trabalhava com crianças e agora vim trabalhar com adultos com idade mental de criança e não sabia que atividades poder desenvolver com eles.”(informação verbal)³.

A entrevistada C, com 14 anos de atuação na APAE, ressaltaram que: “Sempre foram oferecidos cursos internos e atualmente abriu mais campo para cursos nesta área da educação.” (informação verbal)⁴.

A entrevista D, com 17 anos de atuação na APAE, declararam que: Havia cursos internos e a Gered oferecia cursos *on-line* através do *site* Salto Para o Futuro.” (informação verbal)⁵.

A entrevistada E, com 6 anos de atuação na APAE, descreveu que: “Não havia cursos e nem meios que o capacitassem a trabalhar com crianças com necessidades especiais.” (informação verbal)⁶.

As entrevistadas E e F, ambas com 6 anos de atuação na APAE, declararam que sempre teve cursos internos e também cursos particulares que possibilitavam ao profissional uma qualificação adequada, no entanto, teria que haver interesse por parte dos professores.

Já as entrevistadas H e I, com menos de um ano de atuação, descreveram que são oferecidos cursos, porém, muitas vezes, inacessíveis por questões financeiras. “Fazemos cursos por interesse e custeio próprio para desenvolver uma boa prática.” (informação verbal)⁷.

As entrevistadas J e K apenas declararam que têm acesso a cursos, porém, não declararam se realizam ou não.

Foi questionado sobre a necessidade dos profissionais possuírem uma formação continuada na área de atuação. Nessa questão, tanto as profissionais com mais tempo de atuação, A, B, C, D, E, F, G, quanto as que possuem menos tempo de atuação, I, J, K, com exceção da H, declararam que é extremamente necessária uma formação continuada para a qualidade da educação oferecida. A entrevistada H declarou que não pretende seguir na educação especial: “Meu intuito é trabalhar no ensino regular.” (informação verbal)⁸.

3.2.4 A formação e o preparo dos professores para a sua docência

Uma das perguntas investigou o tema das graduações, analisando se as universidades preparavam melhor o professor para atuar na educação especial antes, há mais de duas décadas ou agora; bem como se a graduação de sua época preparava com técnicas-metodologias-didática para a educação especial.

A entrevistada A ressaltou que não havia tantas opções de graduações, porém, agora as formadas tem um diploma mas não têm a prática. “Os professores da minha época eram mais comprometidos com a educação mesmo que tivessem um pouco menos de conhecimento.” (informação verbal)⁹.

Sobre as técnicas e métodos didáticos para a educação especial, ressaltou que a graduação nunca preparou. “Aprendi tudo na prática e nos cursos oferecidos na FCEE, e, também a escola especial APAE investia na preparação dos professores.” (informação verbal)¹⁰.

Nos dois relatos, destacou-se que as graduações, antes e agora, nunca prepararam o professor para desempenhar sua atividade com qualidade, baseando-se apenas nas teorias; em relação à educação especial, especificamente com a entrevistada A, não houve informações na graduação que servissem como base para a sua docência.

As entrevistadas B e D relataram que atualmente os cursos de graduação preparam mais os acadêmicos para a prática docente. Sobre as técnicas e métodos didáticos para a educação especial, afirmaram que em suas graduações não obtiveram nem a base que oferecesse um suporte necessário para a prática na educação especial. Atualmente, com os constantes debates sobre a inclusão impulsionando a graduação, puderam oferecer uma base. As declarações demonstram que no período de suas graduações não existiam matrizes curriculares que visassem ao atendimento na educação especial.

A entrevistada C relatou que atualmente a graduação qualifica mais, porém, com uma diferença que antes se acreditava neles (pessoas com necessidades especiais) e agora não há muito disso. Sobre as técnicas e métodos didáticos para a educação especial, afirmou que sua graduação não a preparou em nada para a sua vida docente. Essa descrição se iguala à descrição anterior, mas um diferencial que a entrevistada aponta, a afetividade e a credibilidade nas pessoas com necessidades especiais, diminui porque o ser profissional se sobressai no ser humano. Destacou também que seu curso não ofereceu suporte à sua vida profissional.

A entrevistada E ressaltou que as professoras de hoje saem dos cursos não estando preparadas para desenvolver a prática; algumas questionam, demonstram interesse e outras são mais acomodadas. Sobre didática, afirmou que sua graduação a preparou para sua profissão, pois optou por realizar seus estágios na instituição que atua (APAE – educação especial). Mesmo com os constantes debates e alterações de leis que obriguem a inclusão, a entrevistada relatou que as professoras saem dos cursos sem a devida preparação, demonstrando que às vezes a teoria se difere da prática, que a busca constante de conhecimento depende do interesse individual. Enfatizou que optou por estagiar na escola especial onde já atuava como professora. Esse aspecto se torna relevante, pois até o momento as entrevistadas não tinham contato com as pessoas com necessidades especiais em sua graduação, o que muitas vezes dificultava a adaptação e a relação professor-aluno.

A entrevistada F declarou que para atuar no ensino regular, se o professor não for habilitado, não consegue desempenhar um trabalho de qualidade em razão da à necessidade de ter experiência e formação. Na educação especial o professor tem que ter um diferencial no que diz respeito à adaptação do professor em relação às capacidades dos alunos. Sobre a didática, afirmou que sua graduação não a preparou para desempenhar sua função com qualidade, e que até havia cursos de graduação nessa época, porém, muito distantes de sua residência.

A entrevistada G relatou que a preparação é individual e depende do compromisso firmado pelo professor com a educação. O professor deve ter humildade para desenvolver a aprendizagem na criança; hoje os professores têm a bagagem da inclusão, porém, não a prática, que juntas somam um bom profissional. Sobre a didática, ressaltou que sua graduação forneceu pequenas pinceladas sobre o tema, no entanto, não abordou as doenças e síndromes. Destacou que para a graduação atual, mesmo tendo uma bagagem teórica, falta a prática necessária, e que o bom desempenho de sua atuação dependerá do compromisso do professor com a educação. Contestou que sua graduação não abordou as doenças e síndromes, dificultando sua atuação em lidar com as peculiaridades dos educandos.

Com as entrevistadas com menos tempo de trabalho na APAE a questão se difere pois sugere algumas mudanças em sua formação para desempenhar sua função com maior facilidade.

As entrevistadas H, I, J e K ressaltaram que a prática é fundamental para uma boa formação. A graduação com estágio na escola especial seria importante. Para a contratação de professores na escola especial, seria necessário um acompanhamento psicológico para identificar os professores que não têm sensibilidade para trabalhar com pessoas com necessidades especiais. Desenvolveria um critério de seleção para escolher somente as pessoas capacitadas. Nesse apontamento, enfatiza-se que parte do estágio deveria ser aplicada na escola especial para desenvolver no acadêmico uma base para a sua formação. Além dessa mudança, destacam que para a contratação de professores para atuar na educação especial, faz-se necessário um acompanhamento psicológico inicial que detectaria os profissionais aptos para exercer essa função.

3.2.5 Evolução da prática e da metodologia de trabalho no processo educacional

Esses questionamentos foram direcionados apenas aos professores com mais tempo de atuação na escola especial para a análise dos avanços que a educação obteve nessa região. A questão é relacionada às práticas e metodologias desenvolvidas pelos professores em períodos distintos de atuação, enfatizando os avanços ou permanências na didática da educação especial.

As entrevistadas A, C e F afirmaram que houve avanços e descreveram que a educação especial passou por várias fases que evoluíram com o tempo. A entrevistada A declarou que: “No início, só poderia ser trabalhado a parte assistencial e por isso quando a FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial) e LBA vinha fiscalizar a escola nós escondia os cadernos para que não vissem o pedagógico trabalhado com os alunos. (informação verbal)¹¹. A entrevistada C acrescenta que: “Alunos que a gente nunca pensou que ia sair da escola, hoje estão na sociedade trabalhando.” (informação verbal)¹². A entrevistada F ressaltou a evolução na concepção de ensino, pois anteriormente não se percebiam avanços significativos na aprendizagem dos educando e agora qualquer evolução, mesmo que pequena, é significativa ao aluno. As entrevistadas apontaram que no início de sua prática docente na escola somente era trabalhada a autonomia do educando e que atualmente é trabalhado o todo, pedagógico, ocupacional e oralidade.

A entrevistada B declarou: “Teve avanços, porque eu consegui a aprender a lidar com diversas situações.” (informação verbal)¹³. A declaração aponta os avanços da professora em saber atuar com as pessoas com necessidades especiais, demonstrando a falta de compreensão da pergunta, mesmo sendo explicada pela pesquisadora por diversas vezes.

As entrevistadas D, E e G ressaltaram que, de maneira geral, houve avanços, mas para a entrevistada D, “À medida que você se capacita, vai surgindo novas técnicas e métodos inovadores que podem ser adaptados.” (informação verbal)¹³. A entrevistada E ressaltou que “A teoria não te prepara como a prática e que há necessidade intensa de buscar alternativas.” (informação verbal)¹⁵. A entrevistada G apontou que a educação, de modo geral, está em constantes mudanças e é necessário estar sempre em busca do conhecimento consciente, que cada criança é uma necessidade diferente e nós professores, temos que adaptar métodos para que ela adquira aprendizagem.

Outra questão é se os professores perceberam evolução nas técnicas pedagógicas relacionadas à educação especial. Pedu-se para descrever algumas atividades que eram desenvolvidas com as crianças e que atualmente não pode ser aplicada.

As entrevistadas A e C relataram que houve evoluções, mas deveriam ser trabalhadas mais as questões básicas de independência. “Antigamente se trabalhava mais a questão de autonomia do educando com auxílio da família. No entanto, agora desempenhamos atividades mais pedagógicas e a autonomia com menos intensidade.” (informação verbal)¹⁶. A descrição aponta que a proposta pedagógica da educação especial deveria trabalhar com a autonomia com a mesma intensidade, pois, dessa forma, muitos educandos saberiam o básico para exercer sua vida com dignidade.

A entrevistada B declarou que houve mudança, melhorando sua atuação. “Antes eu preparava aulas iguais a do ensino regular – tema específica e desenvolvia com aluno aquela tema, hoje é elaborada a atividade de acordo com a necessidade da turma.”

A narração evidencia o avanço que a lei da inclusão trouxe à educação especial, que antes não respeitava as peculiaridades.

A entrevistada C afirmou que os avanços acontecem diariamente em razão das novas tecnologias. Para desenvolver e aumentar as potencialidades e capacidades individuais, é necessário partir do concreto para trabalhar o novo. As novas tecnologias permitem que os avanços sejam percebidos até na maneira de desenvolver o educando, que se sente atraído pelas novas alternativas.

A entrevista E destacou que a teoria avançou, no entanto, na prática nem tudo pode ser feito. Atualmente trabalha a funcionalidade, que antes não era tão trabalhada. Muitas técnicas e métodos na teoria parecem ser fáceis, porém, quando aplicados, não têm êxito sem que sejam adaptados à necessidade individual do educando.

A entrevistada F enfatizou que houve evolução nos conceitos pedagógicos, e que a parte técnica (assistencial, fonoaudiologia, fisioterapia, equoterapia, etc.) antes aplicada pelo professor, agora é feita pelo profissional da área.

A entrevistada G destacou que houve mudança, exemplo disso é a tecnologia que auxilia a prática.

Em tudo procuramos incluir eles, não depende do grau da deficiência para que eles participem; eu, como profissional, tenho que encontrar formas para adaptação que promovam o conhecimento e a inclusão. Anteriormente o professor fazia mais pela criança, com intenção de proteger, e hoje o professor tem que estimular desafiando a aprendizagem em torno da autonomia. (informação verbal)¹⁸.

Há conscientização do profissional em torno do respeito às peculiaridades e na promoção da inclusão do educando em todas as atividades em sala de aula. Destacou ainda, que antes o professor era mais afetivo, o que muitas vezes dificultava a aprendizagem; atualmente, o aumento de estímulo com menos afeto acrescenta no ganho cognitivo do aluno.

3.2.6 A inclusão de pessoas com necessidades especiais em âmbito social

Outra questão foi de como era a relação da sociedade com a escola especial, e, de maneira geral, com as pessoas com necessidades especiais. Nesta questão, fez-se necessária uma separação entre professores com mais tempo de trabalho na APAE e professores com menos tempo de trabalho, para que se perceba se houve oscilação ideológica na concepção da sociedade em relação à discriminação e ao preconceito com o “diferente”.

Em síntese, as entrevistadas A, B, C, D, E, F e G relataram que a sociedade era menos comprometida, restringia-se apenas aos que possuíam capacidade de desenvolvimento, tinham receio e preconceito do diferente e, por isso, isolava-os. Os pais eram menos comprometidos, não se acreditava que as pessoas com necessidades especiais, em especial as pessoas com deficiência mental, possuíam capacidades, eram rotuladas e pouco era feito para se mudar esse pensamento.

As entrevistadas com menos de um ano de atuação descreveram na íntegra o que cada uma percebeu nessa questão: A entrevistada H descreveu que: “Na escola especial, os profes-

res as tratam como pessoas normais, assim como a sociedade que não as difere.” (informação verbal)¹⁹.

A entrevistada I relatou que: “A sociedade é preconceituosa, dentro da escola é uma coisa e fora da escola é outra.” (informação verbal)²⁰. A entrevistada J relatou que: “Alguns têm pena dó, outros até cumprimentam. A sociedade, de certa forma, está dando espaço para eles.” (informação verbal)²¹. A entrevistada K descreveu: “Ainda perpetua uma concepção antiga. A sociedade não percebe a escola como uma instituição de ensino, mas sim uma instituição que presta um serviço assistencial para a sociedade.” (informação verbal)²².

Nessa questão pode ser observada certa discordância, pois 90% de todos as participantes declararam que ainda há um pensamento ideológico que distancia a sociedade de incluir as pessoas com necessidades especiais na sua convivência integral.

A última questão destinava-se aos professores com mais tempo de trabalho em que tinham que descrever a educação antes e depois da inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular e mercado de trabalho, e com professores mais novos com uma percepção mais atual do tema. Inicialmente, foram descritas as entrevistas dos mais antigos.

A entrevistada A declarou que: Antes tinha a dita integração e agora a inclusão, mas ambas são semelhantes, pois o aluno com necessidades especiais ainda não está incluso. Não alterando a concepção, podendo ser percebido na contratação de 2º professor que é exclusivo aos alunos com necessidades especiais. (informação verbal)²³.

Nessa descrição é possível observar que se alteram as leis que asseguram direitos às pessoas com necessidades especiais, porém, a concepção assistencial que permeia o meio educacional é o mesmo em diferentes períodos.

A entrevistada B declarou que: “Antes do período da inclusão não se percebia o preconceito que existia, e depois a sociedade foi percebendo que há necessidades de aceitar as pessoas como elas são e de garantir uma educação para todos.” (informação verbal)²⁴. Analisando essa fala, pode-se afirmar que o preconceito não era percebido porque as pessoas com necessidades especiais não conviviam no meio social, limitando-se a frequentar apenas a escola especial, que também as segregava.

A entrevistada C ressaltou que: “Desde que iniciei minha docência, em 1996, o ensino regular já possuía crianças com necessidades especiais. Atualmente, a sociedade ainda continua com um pouco de desconfiança com receio do novo.” (informação verbal)²⁵.

A entrevistada D declarou que: “Antes, as mentes das famílias e da sociedade eram fechadas com relação à aceitação do aluno com necessidades especiais, e agora, mesmo havendo barreiras atitudinais, há uma aceitação entre aspas e querendo ou não eles têm que aceitar e a partir do momento que o aluno está incluído, eles aceitam mais fácil.” (informação verbal)²⁶. Nessa descrição é enfatizada a concepção da sociedade que muitas vezes não tem maturidade intelectual sobre o assunto, e por isso, posiciona-se de forma discriminatória.

A entrevistada E declarou que: “Para a educação especial não houve diferenciação, pois a nossa prática é aquela adquirida no dia a dia, desenvolvendo com novas experiências. A única mudança que houve é que a lei exige que eles estejam inseridos, e esse inserido não quer dizer que eles estejam ativos, realmente inclusos, inseridos sim.” (informação verbal)²⁷.

A entrevistada F declarou que: Num termo geral da educação regular se trabalha o repasse de conteúdo, porém, com a inclusão é desenvolvido um trabalho em etapas, o que faz a diferença na educação, onde o professor reconhece a bagagem da criança, fazendo a diferença no ensino. No entanto, deveriam acontecer alterações melhorando a inclusão. (informação verbal)²⁸.

A entrevistada G descreveu que: “Antes eles ficavam na escola como mero espectador, colocar por colocar. Hoje há uma preocupação, tanto das políticas públicas quanto dos gestores.” (informação verbal)²⁹.

4 CONCLUSÃO

A sociedade se modernizou e para acompanhar esses avanços a educação também teve que seguir essas inovações, estabelecendo um novo paradigma educacional que incluísse as pessoas com necessidades especiais no ensino regular, possibilitando a convivência social, antes negada a estas pessoas que conviviam apenas com seus semelhantes. Esse direito tem o intuito de promover uma nova consciência cultural que estabelece o respeito mútuo às diversidades, combatendo qualquer forma de preconceito e discriminação.

O processo educacional, de maneira geral, nem sempre consegue acompanhar as novas exigências previstas e regulamentadas em lei, exemplo disso é a falta de critério de seleção profissional na contratação de professores para atuarem nas escolas com ensino regular ou especial, o que comprova a falta de capacitação e qualificação dos cursos de graduação que não oferecem um suporte nas grades curriculares que atendam a essas características.

A falta de capacitação, qualificação, valorização e formação contínua faz com os professores sintam-se inseguros, insatisfeitos e desestimulados nas salas de aula, refletindo em uma acentuada desaceleração na mediação do professor e na aquisição de aprendizagem do aluno.

Percebe-se, por meio dos relatos dos professores, que nas primeiras décadas a escola especial seguia uma maneira criteriosa para a seleção do perfil profissional que atuaria na educação especial, em que o pré-selecionado seria analisado por uma psicóloga que avaliaria sua capacidade para desempenhar sua função. Contudo, hoje, em decorrência da falta de profissionais que querem atuar na educação, em específico na educação especial, não há uma seleção mais criteriosa para a contratação. Outra reflexão que permeia a discussão também analisada é que quando o educador passa pelo concurso público o único grau de exigência de contratação é possuir a graduação, porém, este não passa por uma seleção que assegure a sua aptidão para o cargo.

A falta de seleção do perfil dos professores atuantes na educação especial é uma consequência da falta de concursos públicos no Estado de Santa Catarina, que há mais de sete anos não realiza concurso público para a efetivação dos educadores que se dispõem a exercer sua função com Admissão em Caráter Temporário (ACET).

Outro fato a ser enfatizado norteia os cursos de graduação que deveriam ser revistos e adaptados à necessidade atual do mercado de trabalho do educador. Realizando uma análise, é possível observar nos professores com mais tempo de atuação na APAE que sua graduação não continha em sua grade curricular temas sobre a educação especial, no entanto, agora, com a

inclusão em destaque, os cursos discutem e levantam problemáticas sobre o tema, porém, sem um aprofundamento; o que caracteriza que, mesmo com intenso destaque, ainda há uma enorme necessidade de rever as grades curriculares das graduações que atendam e ofereçam um suporte básico para desempenhar sua função visando sempre à qualidade.

As constantes mudanças ou evoluções das práticas, métodos e técnicas também foram apontadas pelos professores; mediante das entrevistas se identificou, por meio de uma linha do tempo, que há quase três décadas não era permitido que o professor trabalhasse a parte pedagógica com os educandos com necessidades especiais, sendo fiscalizado pelos órgãos responsável (FCEE); a exigência era que se trabalhasse apenas a autonomia do aluno, sanando o básico do dia a dia. Atualmente se trabalha mais o pedagógico, o que incomoda de certa forma os professores, pois ressaltam que o pedagógico é importante, porém a autonomia é uma questão determinante para a vida e a inserção social do aluno.

Com base nas análises, é possível afirmar que o processo educacional passou por vários períodos, porém, com poucas evidências de evolução no que diz respeito ao critério de seleção, que de certa forma regrediu em razão da à falta de concursos públicos no Estado e também da sociedade que não oferece apoio e abertura à inserção das pessoas com necessidades especiais na convivência social. Quando a sociedade reconhecer sua falta de humanidade os órgãos públicos oferecerão um suporte à educação, que é a base para a mudança ideológica com qualidade a todos, respeitando as diversidades.

Notas explicativas

¹ Fornecida pela entrevistada I.

² Fornecida pela entrevistada A.

³ Fornecida pela entrevistada B.

⁴ Fornecida pela entrevistada C.

⁵ Fornecida pela entrevistada D.

⁶ Fornecida pela entrevistada E.

⁷ Fornecida pela entrevistada H e I.

⁸ Fornecida pela entrevistada H.

⁹ Fornecida pela entrevistada A.

¹⁰ Fornecida pela entrevistada A.

¹¹ Fornecida pela entrevistada A.

¹² Fornecida pela entrevistada C.

¹³ Fornecida pela entrevistada B.

¹⁴ Fornecida pela entrevistada D.

¹⁵ fornecida pela entrevistada E.

¹⁶ Fornecida pela entrevistada A e C.

¹⁷ Fornecida pela entrevistada B.

¹⁸ Fornecida pela entrevistada G.

¹⁹ Fornecida pela entrevistada H.

²⁰ Fornecida pela entrevistada J.

²¹ Fornecida pela entrevistada J.

²² Fornecida pela entrevistada K.

²³ Fornecida pela entrevistada A.

²⁴ Fornecida pela entrevistada B.

²⁵ Fornecida pela entrevistada C.

²⁶ Fornecida pela entrevistada D.

²⁷ Fornecida pela entrevistada E.

²⁸ Fornecida pela entrevista F.

²⁹ Fornecida pela entrevistada G.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com pingos nos “is”**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 176 p.

Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_sc.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008. 152 p.

MOLL, Luis C. **Vygotsky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 432 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002. 174 p.